

MOÇÃO AO VII CONGRESSO DO LIVRE

POR UMA ECONOMIA AO SERVIÇO DAS PESSOAS E DO MEIO AMBIENTE!

Contra a catástrofe climática planetária e por um novo sistema económico assente na qualidade de vida dos cidadãos e na sustentabilidade ecológica

A seguir à II Guerra Mundial, o progresso das sociedades tem sido avaliado através do crescimento económico utilizando como indicador o produto interno bruto (PIB) que engloba toda a atividade económica, sendo ela ambiental e socialmente desejável (agricultura biológica, construção de ciclovias ou hospitais etc.) ou indesejável (receitas de venda de tabaco, despesas em cuidados de saúde devido a acidentes de viação, mitigação das consequências de poluição ambiental etc.). Estando apenas a atividade monetizada incluída no PIB, tudo o que é realizado fora da economia formal fica excluído (tomar conta dos filhos ou dos pais idosos, ajudar na reparação do telhado dum vizinho, ou desempenhar todo o tipo de tarefas domésticas), a não ser que paguemos alguém para o fazer.

Desde o início do século passado, e baseado no valor energético de combustíveis fósseis, observámos um incremento exponencial da produtividade devido à automatização, robotização e digitalização da atividade económica. Idealmente, um aumento significativo da produtividade tornaria possível trabalhar menos para garantir um nível de vida adequado para todos os membros da sociedade. No entanto, a partir de um determinado ponto, o aumento da produtividade provocaria elevados níveis de desemprego se não fosse acompanhado por um aumento correspondente do consumo dos bens e serviços produzidos. No período decorrido entre a II Guerra Mundial e o fim dos anos 70, a redução progressiva do horário de trabalho foi utilizado pelos governos para reduzir a pressão nos mercados de trabalho decorrentes do aumento da produtividade. Desde então, a globalização e a ideologia do neoliberalismo desencadearam uma espiral de consumo acelerado acompanhado por um aumento dos horários de trabalho, agravando ao mesmo tempo a desigualdade entre ricos e pobres - <https://wir2018.wid.world/>.

Aceitando o conceito de uma capacidade de suporte limitada do planeta Terra, dos seus recursos e sumidouros, todos os dados disponíveis indicam que a Humanidade se encontra numa situação de excesso acelerado enquanto os países fora da Europa e da América do Norte se aproximam das condições de vida e dos padrões de consumo das sociedades industriais. Atualmente, a pegada ecológica das sociedades humanas já excede a capacidade de suporte da Terra em 1,6 vezes, e ainda muito mais na Europa e na América do Norte, de acordo com os dados da *Global Footprint Network* - <https://www.footprintnetwork.org/>. Utilizando métodos de análise de sistemas, o relatório relativamente aos “Limites de Crescimento” apresentado ao *Club of Rome* em 1972 e as suas subseqüentes atualizações (<http://donellameadows.org/archives/a-synopsis-limits-to-growth-the-30-year-update/>) demonstram que o consumo excessivo continuado de recursos e sumidouros poderá levar a um colapso súbito do sistema, possivelmente durante os próximos 50 anos. Recentemente, o risco de um colapso súbito foi novamente colocado na ordem do dia por um estudo publicado na revista *Science* (<http://science.sciencemag.org/content/362/6421/1379>) que explora os efeitos dominó que alterações

abruptas de grandes ecossistemas como por exemplo o degelo polar ártico podem principiar - <https://www.theguardian.com/environment/2018/dec/20/risks-of-domino-effect-of-tipping-points-greater-than-thought-study-says>.

Um sistema económico que assegure um espaço operacional seguro para a humanidade (“Doughnut Economics”), de acordo com o proposto por Kate Raworth, tem por obrigação garantir um teto ecológico sustentável e, ao mesmo tempo, um alicerce social. Enfrentando para além da catástrofe climática problemas ambientais como a acidificação dos oceanos, a poluição química, a perda da biodiversidade ou a poluição atmosférica, um mundo que se deseja estável e sustentável para gerações futuras terá pois de garantir necessidades humanas básicas para toda a população mundial como acesso a água, alimentos, energia, saúde, educação e justiça social, entre outros - <https://www.kateraworth.com/doughnut/>.

Precisamos libertar-nos da dominância do crescimento económico nas decisões políticas a todas as escalas, substituindo-o pelos indicadores existentes de análise do bem-estar humano num mundo ecologicamente sustentável. O rendimento mediano e particularmente o índice de Gini poderiam dar uma ideia mais correta da desigualdade existente. Sendo o bem-estar individual e o progresso enquanto sociedade as motivações de fundo da atividade humana, a sua avaliação teria que ficar incluída em qualquer sistema de análise. Por exemplo, o Indicador do Progresso Verdadeiro (ou *Genuine Progress Indicator* (GPI) na versão inglesa) permitiria ter em conta as chamadas externalidades, tanto ambientais como sociais.

Podemos observar indícios que a mudança já está a acontecer. Os movimentos de Decrescimento (inspirados em Serge Latouche, entre outros) e de transição (www.transitionnetwork.org), bem como a preferência por métodos de produção sustentável, como a agricultura ecológica ou a permacultura refletem a procura de uma organização da sociedade baseada na necessidade humana de viver em comunidade e em harmonia com a natureza. Num mundo fortemente industrializado em que as pessoas estão sujeitas à determinação das suas vidas por forças fora do seu controlo há quem procure reconquistar a possibilidade de viver de forma autónoma sem ficar objeto de uma noção de progresso que há muito deixou de servir os seus objetivos.

Assim,

O LIVRE reconhece que a nossa sociedade precisa de uma mudança de paradigma, passando de uma política baseada no crescimento económico para uma política assente numa economia equilibrada que tem em conta os limites ecológicos do planeta e as necessidades básicas de cada ser humano.

O LIVRE exige e promove, em consciência da urgência crítica que a situação ambiental atual requer:

- 1. A abolição do crescimento económico como indicador do progresso social;**
- 2. A utilização de indicadores de desenvolvimento alternativos, que reflitam os custos ambientais da depleção de recursos e da poluição ao mesmo tempo que incluem o valor do bem-estar social;**

3. O alinhamento das políticas setoriais com esses indicadores, de modo a devolver a qualidade de vida aos portugueses e a sustentabilidade à sua relação com a natureza.

Subscritores Iniciais

Hans Christian Eickhoff, Cecília Shinn, Ana Raposo e José Manuel Azevedo

DOCUMENTO SUJEITO A VOTAÇÃO